

36º Encontro Anual da ANPOCS

Mesa-Redonda “Cartografias do rural no pensamento brasileiro”

Coordenação: Gilberto Hochman (FIOCRUZ)

Expositores: Alexandro Trindade (UFPR); Elide Bastos (UNICAMP), João Maia (CPDOC/FGV)

“Da Revolução Brasileira à Revolução Burguesa no Brasil: leituras da tensão rural/urbano em Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes”

Alexandro Dantas Trindade (UFPR)

Resumo:

A comunicação pretende abordar as interpretações que Caio Prado Jr., em *A Revolução Brasileira* (1966) e Florestan Fernandes, em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), fizeram sobre a relação entre modernização agrária e processos de urbanização. O contraponto entre ambos pretende sinalizar os alcances analíticos e as perspectivas normativas constitutivas da leitura sobre a tensão entre rural e urbano na experiência social brasileira.

Introdução

Pretendo expor, brevemente, e a título de investigação preliminar, um possível percurso de leitura do livro *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Junior, publicado em 1966, e de *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, de 1975. Busco nestes dois textos, explorar as respectivas interpretações dos autores acerca do processo de modernização em curso na sociedade brasileira e, mais especificamente, problematizar os alcances analíticos e as perspectivas normativas inscritas na tensão entre rural e urbano na experiência social brasileira.

Começarei falando do texto de 1975, *A Revolução Burguesa no Brasil*, uma vez que nele são expostos, de maneira exemplar, diversos dilemas pelos quais passaram gerações de intelectuais, em busca de uma matriz explicativa de amplo alcance para uma compreensão do processo de modernização brasileiro. De saída, é preciso dizer que não estamos diante de um livro qualquer, mas de uma obra que reúne algumas características particulares: em primeiro lugar, o fato dela ter sido e ainda ser reconhecida como o coroamento da trajetória intelectual de Florestan; em segundo, o fato do texto ser, como indica o subtítulo, um “ensaio de interpretação sociológica”. Ambas as palavras, “ensaio” e “interpretação sociológica” têm implicações profundas para o andamento da análise. Assim, “ensaio” e “interpretação” podem ser lidas tanto

como indicativas de uma incursão que, no Brasil, revela uma determinada tradição intelectual prévia à institucionalização das ciências sociais, como também podem evocar uma narrativa avessa a demandas epistemológicas de caráter sistemático ou “positivista”, na chave adorniana. Ainda, podemos situar ARBB no âmbito dos ensaios redigidos numa perspectiva de esquerda, tais como *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Jr (1966) e *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender (1978). Por outro lado, a conjunção “interpretação sociológica” acaba por repor, em grande medida, o arcabouço teórico-metodológico que afinal consagrara Florestan Fernandes.

Essa consagração que o tornou um marco importante nas ciências sociais no Brasil deveu-se, sobretudo, em razão de seu “estilo novo de pensar a realidade social”, ao inspirar-se numa perspectiva crítica que congregava e sintetizava contribuições sociológicas e teóricas diversas. Octávio Ianni (1995, p. 97 e SS) identifica ao menos cinco fontes fundamentais no pensamento de Florestan Fernandes: 1) um diálogo contínuo com os principais representantes da sociologia clássica e moderna, de escolas francesa (Comte, Durkheim, Le Play, Mauss, Bastide e outros), alemã (Weber, Sombart, Pareto, Simmel e sobretudo Mannheim), inglesa (Spencer, Malinowski, Radcliffe-Brown e outros) e norte-americana (Colley, Parsons, Merton, Wright Mills, dentre outros); 2) o pensamento marxista, que abre o maior campo à perspectiva crítica do autor, evidenciando-se em temas chave como os da forma da revolução burguesa e da continuidade da contra-revolução burguesa no Brasil; 3) uma corrente crítica presente no próprio pensamento brasileiro, estabelecendo um diálogo explícito ou implícito com autores como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bomfim, Caio Prado Jr, além de autores do século XIX como Joaquim Nabuco e Silvio Romero; 4) a identificação com os desafios de sua própria contemporaneidade, como as transformações em curso na sociedade em termos de urbanização, industrialização, migrações, enfim, a percepção da particularidade do País; 5) finalmente, a atenção prestada aos grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo (o negro, escravo e livre, o índio, o imigrante, o colono, os trabalhadores, etc), “descortinando um panorama social e histórico mais largo do que aquele que aparece no pensamento reproduzido segundo as perspectivas dos grupos e classes dominantes” (Idem, p. 99).

Mas o que nos parece fundamental é que os temas e conceitos que conformam a base intelectual de Florestan Fernandes são confrontados com a sociedade brasileira, uma realidade contraditória que “permite questionar muito da sociologia clássica e moderna, e resgatar os seus conteúdos críticos. Assim se recriam temas e conceitos que

pareciam pretéritos” (Idem, p. 95). A preeminência do objeto – a sociedade brasileira – anima não apenas a identificação política e intelectual mais subjetiva de Florestan, como dá forma e conteúdo à sua perspectiva crítica que, combinada com o marxismo, lhe abre amplos campos de intervenção analítica. Isto dá um colorido todo especial às suas categorias analíticas, levando o leitor a um constante questionamento acerca dos pressupostos que a conformam.

Retornando ao caráter “ensaístico” de RBB, é possível pensarmos, portanto, que seu caráter fragmentário possa revelar um aspecto “mimético” do processo contraditório de formação da sociedade brasileira, processo esse que é tomado como um “objeto” de análise sem, contudo, ser assumido “objetivamente”.

Seguindo uma indicação de José de Souza Martins, para o prefácio à 5ª edição do livro, e levando em consideração própria Nota Explicativa de Florestan Fernandes, quanto aos momentos distintos de redação do texto, torna-se possível reconhecer em RBB duas opções teórico-metodológicas, que se abrem para posicionamentos políticos igualmente distintos. Resumidamente: enquanto a primeira e segunda partes do livro expressam preocupações de caráter normativo muito próximas aos debates das décadas de 1950 e 1960, desenvolvidas no bojo das respostas sociológicas ao nacional-desenvolvimentismo, a terceira parte, escrita após a aposentadoria compulsória e ao retorno do “exílio” acadêmico no Canadá, se fundamenta numa leitura explicitamente marxista e, em particular, leninista, dos desdobramentos do imperialismo e do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em nível mundial.

Assim, o propósito desse texto é investigar as possíveis conexões de sentido entre tais opções, levando-se em conta a articulação de RBB, tanto na produção intelectual do autor, como do pensamento sociológico paulista do qual se tornou um dos mais destacados expoentes.

O drama da modernização

Escrito num contexto de crise social e política, de transição insegura e de reflexões profundas, ARBB deveria ser, como afirma o autor, uma “resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964” (Fernandes, 2006, p. 25). Todavia, mais do que uma mera resposta de ocasião, o texto constitui uma tentativa de compreensão sociológica de amplo alcance. Assim, ao analisarmos as duas primeiras partes do livro, segundo a indicação de José de Souza Martins, é possível

percebermos que, nos idos de 1966, Florestan estava às voltas com preocupações originadas em 1962, por ocasião da implantação do CESIT (Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho), ligado à Cadeira I de Sociologia, e cujos recursos vinham do Governo de São Paulo, da Confederação das Indústrias de São Paulo e da FAPESP. Pode-se dizer que a fundação do CESIT implicou na consolidação institucional, na diversificação das atividades e na reorientação temática do grupo de assistentes dirigidos por Florestan, cujos estudos se dirigiam para a compreensão do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil moderno e dos efeitos da industrialização de São Paulo.

Um documento dessa atitude é revelada pelo projeto “Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”, publicado posteriormente em *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. (Florestan, 1976). Segundo aquele projeto, uma das características de nossa era consistiria nas “grandes transformações por que estão passando os ‘países subdesenvolvidos’”. Por várias vias e por meios marcadamente distintos, esses países acordaram para o *progresso* e se dispõem a superar, com rapidez e decisão, todas as barreiras que os mantinham em estado de estagnação econômica, de atraso cultural e de dependência política”. (Idem, p. 314). A modernização dos países subdesenvolvidos demandava “enormes esperanças na ciência e na tecnologia científica”, agravados à medida em que tais anseios “esbarra[vam] na herança social e no horizonte cultural preexistente” (Idem, p. 315), ou, em outras palavras, nos **obstáculos à mudança**. Assim, a tarefa sociológica consistia no desenvolvimento de análises que tornassem compreensíveis os fatores do “atraso” e, ao mesmo tempo, permitissem a constituição de uma *intelligentsia* capaz de planejar racionalmente o potencial transformador da modernização. Aliás, a própria ciência teria, segundo Florestan,

Muito a ganhar com o conhecimento positivo das situações histórico-sociais que se afastem do *tipo normal*, em aspectos relevantes para a manifestação de fenômenos essenciais. Parece certo que as descobertas daí resultantes irão permitir a compreensão e a interpretação adequadas dos mecanismos que regulam a expansão da economia capitalista, da sociedade de classes e do regime democrático nos ‘países subdesenvolvidos’. (Idem, p. 316).

Os temas propostos pela pesquisa e divididos pela equipe de assistentes de Florestan¹ eram, respectivamente: a mentalidade do empresário industrial; a intervenção

¹ Tendo o CESIT sob a direção de Fernando Henrique Cardoso, compunham a equipe Octavio Ianni, Marialice Foracchi, Maria Sylvia Carvalho Franco, Celso Beisigel, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel

construtiva do Estado na criação ou no fomento de condições para provocar ou acelerar o desenvolvimento econômico em geral; a mobilização da força de trabalho, sob as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica; os fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil. Na crítica ao nacional-desenvolvimentismo, assim como à Economia enquanto técnica de planejamento, Florestan afirmava a primazia da sociologia enquanto fator de renovação e de alargamento do horizonte cultural herdado, servindo, dentre outros propósitos, para

apontar o grau de adequação ou inadequação da estratégia a ser seguida, praticamente, onde a vitalidade do crescimento econômico não é bastante para romper com o peso morto do passado. [A sociologia] oferece ensinamentos, em suma, que facilitam os propósitos de liberar a economia dos influxos negativos da herança social e estimulam a orientação de conjuntar as inovações econômicas ao planejamento e às reformas sociais (Idem, p. 322).

Como esta preocupação transparece nas primeiras duas partes de ARBB? Acredito que a preocupação com as origens e o desencadeamento histórico da Revolução Burguesa, inquirindo sobre a natureza e as opções dos protagonistas históricos, possam revelar muito dessa atitude sociológica calcada na reflexão sobre os arcaísmos que limitavam o futuro do país, contaminando as forças da modernização e restringindo sua potencialidade histórica.

Percorrendo esses capítulos, chama a atenção um encadeamento histórico de “longa duração” no qual Florestan identifica três períodos, ou “fases sócio-econômicas” do sistema de produção e dominação econômica: 1) *era colonial*, caracterizada pelo controle direto da Coroa e pelos efeitos do antigo sistema colonial na organização do espaço ecológico, econômico e social; 2) *era de transição neo-colonial*, que vai do início do século XIX, com a chegada da família imperial, abertura dos portos e independência, até a sexta década do século XIX, “a qual é caracterizada pela eclosão institucional da modernização capitalista e a formação de um ‘setor novo da economia’”; 3) *era de emergência e expansão de um capitalismo dependente*, nascido do crescimento e consolidação do ‘setor novo da economia’, que primeiro se configura como uma economia urbano-comercial com funções satelizadoras em relação ao campo e, em seguida, se reorganiza, transfigura e redefine como uma economia urbano-industrial, com funções integrativas de escala nacional e tendências de dominação metropolitanas, era esta que vai da sexta década do século XIX aos nossos dias.

Paralelamente às fazes econômicas, haveria uma evolução referente à ordem social. Durante o largo período colonial e a primeira era da emancipação nacional, haveria uma reintegração da ordem escravocrata e senhorial, bem como um padrão societário estamental. Já a segunda era da emancipação nacional (a da emergência e expansão de um capitalismo dependente), se caracterizaria pela emergência e consolidação de uma ordem social competitiva, ainda que mantidos certos padrões estamentais.

Na crítica às principais teses marxistas de então, cuja exceção era Caio Prado Jr., Florestan assevera as origens capitalistas do nosso processo de colonização, isto é, os móveis capitalistas do comportamento econômico, introduzidos no Brasil juntamente com a Colonização, o sentido comercial básico das plantações, combinada com a posição marginal que o senhor de engenho ocupava no circuito externo de mercantilização. Assim, embora nascidos sob a égide do capitalismo, o caráter heteronômico de nossa economia neutralizava quaisquer influências dinâmicas do capitalismo no mundo colonial. Os chamados “móveis capitalistas” foram deformados em várias dimensões, resultando com isso um complexo psicossocial calcado numa tradição extra-econômica persistente e de dominação patrimonialista.

O senhor de engenho acabou submergindo numa concepção de vida, do mundo e da economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista. Não só perdeu os componentes do patrimonialismo que poderiam dirigi-lo, em sua situação histórica, para novos modelos de ação econômica capitalista; condenou tais modelos de ação, em nome de um código de honra que degradava as demais atividades econômicas e que excluía para si próprio inovações audaciosas nessa esfera. (Florestan, 2006, p. 43).

Por sua vez, o processo de Independência acarretou muito mais a interiorização do sistema colonial do que uma ruptura com ele. Embora mobilizando aspectos revolucionários, como a presença do liberalismo e o despojamento da heteronomia com relação à Coroa, o elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais para ensejar a construção de uma Nação efetivamente autônoma – e nisso o recrudescimento da escravidão é um dos principais aspectos dessa fase de transição neo-colonial.

O capítulo 4, “Esboço de um estudo sobre a formação e o desenvolvimento da ordem social competitiva”, acompanha de perto, ainda que com uma preocupação mais

abrangente, o sentido de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, publicado em 1965. Está subsumida nessa análise a idéia de que as elites senhoriais do regime escravo passaram incólumes pela desagregação da sociedade escravocrata e pela emergência da sociedade de classes. Ainda, foram estas que, particularmente em São Paulo, estiveram à frente do processo de dinamização e modernização econômica promovidos pela cultura cafeeira.

Além disto, a passagem de uma sociedade de castas e estamentos para a sociedade de classes operou-se sem que houvesse qualquer empenho, por parte dos agentes econômicos dinamizadores da sociedade competitiva, de integração nacional mais ampla, particularmente dos ex-escravos.

A Revolução Burguesa à luz do Imperialismo

Se nos capítulos anteriores Florestan parece se deter desmesuradamente numa análise sobre a ordem social da sociedade em transição, a segunda parte é dedicada a refletir sobre a natureza específica do *poder* e da *dominação* burguesas no Brasil. Assim é que, se nas passagens dedicadas a acompanhar o processo de construção do Estado nacional no século 19, Florestan o interpretara como um processo de **burocratização da ordem estamental**, ao fim do Império e começo da República contém já os germes do poder e dominação propriamente burguesas. Recusando a idéia de crise do pacto oligárquico, como se as oligarquias tivessem perdido a base de poder conquistada anteriormente, o que sua reflexão aponta é o aspecto transaccional dessa modernização:

[a burguesia] não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nelas as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. (Florestan, 2006, p. 241).

Para dar conta desse percurso transaccional no qual a burguesia, representada por uma conjunção de elementos heterogêneos (fazendeiros de café, setores da classe média, imigrantes industrialistas, etc) lograram implantar sua dominação, Florestan

lança mão da noção de **autocracia**, sendo que tais procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, não apenas conviviam com traços estamentais, mas estes eram incorporados pela classe burguesa como um traço **estrutural**, daí a orientação particularista, voltado para o privado e ordenador de privilégios, ao invés de uma orientação que pudesse assumir uma transformação radical e democrática da sociedade. Embora não se possa confundir autocracia como autoritarismo ou mesmo ditadura, uma vez que aquela aponta para a concentração exclusivista e privatista do poder, isto é, um regime marcado pela concentração de poder numa classe, em várias passagens é possível entendermos o quanto o caráter restritivo da dominação burguesa, em diversos períodos, redundara em intolerância diante de manifestações potencial ou efetivamente autônomas por parte de camadas subalternas, que pudessem por em xeque seu *status quo*. Diante disso, é como se a burguesia no Brasil estivesse predisposta a lançar mão de uma ditadura de classe preventiva, temendo o risco de sublevação da ordem, diante de situações em que ela mesma não se mostrasse capaz de mobilizar os demais setores da sociedade. Assim, segundo Florestan, a idéia de “democracia burguesa” seria, estruturalmente, uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que tivessem acesso à dominação burguesa (Idem, p. 249).

Referências Bibliográficas

- IANNI, Octávio (1995). “Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira”, in. *Sociologia da Sociologia*, São Paulo: Ática (3ª edição).
- FERNANDES, Florestan (2006). *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo (5ª edição).
- FERNANDES, Florestan (1976). *A Sociologia numa era de Revolução Social*. (2ª edição). São Paulo: Zahar.